

O aborto legal



Deputado Eduardo Jorge (PT-SP)

O Deputado Federal Eduardo Jorge (PT-SP), casado,

6 filhos, 47 anos, tem se destacado na Câmara dos Deputados como um parlamentar aliado das mulheres. Cumprindo o terceiro mandato no Congresso Nacional, Eduardo Jorge apresentou vários projetos relativos à questão da mulher como: jornada de trabalho, aborto e planejamento familiar. Agora está empenhado na aprovação do Projeto de Lei 20/91 de autoria dele e da deputada Sandra Starling (PT-MG) que prevê a obrigatoriedade do

atendimento dos casos de aborto legal na rede pública de saúde.

Nessa entrevista o deputado diz porque defende o projeto do aborto legal e revela a experiência assustadora que teve em 1974 quando ainda como médico residente em São Paulo, no Hospital das Clínicas, ouviu de um médico, professor da USP, que os casos de aborto, já em andamento que chegassem ao Hospital deveriam ser tratados sem anestesia. Era uma espécie de punição para as mulheres. O deputado não concordou com a orientação e foi afastado da residência ginecológica.

Mulheres de Brasília denunciam violência



No dia 25 de novembro - Dia Latino Americano de Combate à Violência contra a Mulher - a delegada Débora Menezes da DEAM - Delegacia de Atendimento à Mulher - divulga os números da violência no Distrito Federal e afirma que a mulher brasiliense está mais consciente e cada vez

mais perdendo o medo de ir à delegacia denunciar. Políticos, empresários, gerentes de grandes empresas, todos figuram na lista de violência contra a mulher.

3 Encontro de Mulheres Negras

5 Cotas Masculinas

7 Violência Doméstica

Editorial

O último e curto mês do Congresso Nacional, antes do recesso de final de ano, já começa bem agitado. Mais uma vez os vetos aos artigos que regulamentam a esterilização de mulheres e homens do Projeto de Planejamento Familiar entraram em pauta. Lembramos que o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso, que vetou aqueles artigos, reconheceu que tinha cometido um erro e solicitou ao Congresso que derrubasse seus vetos... (e já se vão quase onze meses!!!). Infelizmente, este item foi retirado de pauta novamente.

Também estão em pauta os projetos que alteram o artigo 92 do Código Eleitoral instituindo cotas mínimas de mulheres para preenchimento de vagas dos partidos políticos nas eleições proporcionais. Na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados tramita o projeto da deputada Marta Suplicy (PT-SP) que prevê a cota de 30% no mínimo, enquanto que na Comissão de Justiça do Senado, o projeto da senadora Junia Marise (PDT-MG) prevê a cota de 20%. Ambos aguardam pareceres nas respectivas comissões.

O mais polêmico dos projetos de interesse da mulher é o PL 20/91, de autoria dos deputados Eduardo Jorge (PT-SP) e Sandra Starling (PT-RJ), atualmente na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados. Este projeto regulamenta o atendimento, pelo SUS, dos casos de aborto legal (gravidez resultante de estupro e gestação com risco de vida para a mãe) já previstos no Código Penal desde 1940. Numa primeira reunião da Comissão, setores radicais da Igreja e TFP fizeram lobby no Congresso contra o projeto. Uma cartilha "Quem é realmente Pró-Vida no Congresso", de autoria do Grupo Cristão Pró-Vida de Brasília, foi divulgada na Comissão difamando parlamentares favoráveis ao projeto e entidades que defendem os direitos da mulher. Este assunto foi amplamente divulgado na imprensa. Até o fechamento dessa edição o projeto ainda não havia sido votado na Comissão.

Redação sem discriminação

A Textonovo Editora lança "Redação sem Discriminação" o primeiro livro em língua portuguesa a tratar de uma questão que ganha força em todo o mundo: a necessidade de abolir dos textos, dos documentos, dos noticiários e de todas as modalidades de comunicação as formas de linguagem que constituem discriminação contra um dos sexos, especialmente contra a mulher. O livro apresenta um conjunto de recomendações para se evitar o sexismo (na definição da UNESCO, a atitude ou ação que desvaloriza ou inferioriza as mulheres em relação aos homens e que é tão injusta e condenável como as que afetam os indivíduos em razão de sua etnia, de sua religião ou de sua filiação política). O sexismo é, portanto, uma orientação que favorece a um sexo em detrimento do outro e se manifesta através de formas de pensamento e de comportamento mais ou menos

conscientes. Na linguagem aparece principalmente na forma de ambigüidade e de estereótipos.

Com uma parte em inglês e outra em espanhol (além da parte em português), Redação sem Discriminação é um livro para ser lido e consultado como um guia ou um dicionário por todos os que escrevem e se comunicam em qualquer dessas línguas. O livro será também útil a executivos e executivas, homens e mulheres de empresas, professores dos grupos de primeiro e segundo graus e dos cursos de inglês e espanhol, secretárias e em especial a quem lida com comunicações dirigidas às mulheres que trabalham com outros mercados - o americano e o europeu, onde as recomendações para evitar a linguagem discriminatória já são seguidas por boa parte da sociedade e o Mercosul. (Contato e pedidos com Textonovo Editora (011) 831-2265).

Comissões Legislativas de Direitos Humanos

Nos dias 6 e 7 de dezembro no auditório do Espaço Cultural da Câmara dos Deputados será realizado o III Fórum Nacional das Comissões Legislativas de Direitos Humanos. O objetivo é promover a integração e atuação conjunta das Comissões Legislativas de Direitos Humanos no Brasil, estabelecendo metas e diretrizes comuns sobre os temas da programação. Os expositores serão Sérgio Sérvulo, representante da OAB Nacional, Hélio Bicudo, presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos, Paulo Tonet Camargo, presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça e Maria Soares de Camargo, assessora do setor pastoral social da CNBB. Durante a reunião dos grupos de trabalho será feita uma avaliação e discussão de metas prioritárias para a implementação do Plano Nacional de Direitos Humanos de 1997. O Fórum é promovido pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. As pessoas interessadas em participar do evento devem fazer contato pelo fax: (061) 318-2170.

CFEMEA - CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA

SCN, Ed. Venâncio 3000, Bl. "A" sala 602 - 70718-900 Brasília, DF - Telefone: (061) 225-1664 Fax: (061) 225-2336 E-mail: cfemea@ax.ibase.org.br

Programa DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA

Equipe responsável: Gilda Cabral, Guacira César de Oliveira, Iáris Ramalho Cortês, Melô Ligocki e Marlene Libardoni. Conselho Consultivo: Parlamentares: Deputada Jandira Feghali, Marilu Guimarães, Rita Camata, Sandra Starling, Socorro Gomes e Zulailê Cobra. Deputados José Genofino e Nelson Jobim. Senadoras: Benedita da Silva e Marluce Pinto. Feministas: Dóris Louise de Castro Neves, Florisa Verucci, Gilse Concenza, Helelieth Saffioti, Lídica da Mata, Luci Choinacki, Marah Régia, Maria Berenice Godinho Delgado, Maria Bethânia de Melo Ávila, Maria Lúcia Fontenele, Maria

Tereza Augusti, Rosiska Darcy de Oliveira, Sílvia Pimentel e Sueli Carneiro.

Comitê de Especialistas: Ana Maria Costa, Dóris Louise de Castro Neves, Eleonora Menecucci de Oliveira, Elizabeth Garcez, Florisa Verucci, Isabel Grein, Leilah Borges da Costa, Márcia Camargo, Maria do Carmo Menezes, Maria do Socorro Jó Moraes, Paola Capelin Giuliana, Sarah Sorrentino, Sílvia Pimentel, Sônia Corrêa e Sueli Carneiro. Conselho Editorial: Guacira Oliveira, Gilda Cabral e Marlene Libardoni

Jornalista Responsável: Edna Maria Cristina Santos Composição e Arte Final: Adriano Fernandez Cavalcante Impressão: Gráfica e Editora Formato - Brasília-DF/Goânia-GO

Apoio: Fundação Ford, Fundação MacArthur, NOVIB, UNIFEM e FNUAP.

Mulheres negras se reúnem em Florianópolis

Cristina Braga

Florianópolis- Um grupo de 15 mulheres se reuniu no dia 18 de novembro em Florianópolis para discutir formas de arrumar o cabelo e as roupas adequadas para a mulher negra. Longe de ser um encontro de beleza, o Seminário de Mulheres Negras de Florianópolis promovido pelo MNU - Movimento Negro Unificado- teve como objetivo resgatar a identidade da raça negra através da valorização de sua beleza.

A coordenadora do Seminário, Vanda Gomes Pinedo afirma que "a mulher ao aceitar sua negritude adquire mais segurança para enfrentar a discriminação racial tão presente nas relações sociais e de trabalho". Dividido em três etapas o Seminário começou com as oficinas que ensinaram a mulher negra a arrumar o cabelo e escolher roupas adequadas ao seu físico. "Cabelos-Múltiplas Alternativas" e "Roupas

- o jeito nosso" animou o grupo a trançar o cabelo, fazer cocorocós alegres e práticos para serem usados no dia a dia ou em eventos mais formais. "Cabelo alisado, trançado ou encaracolado não importa. O



mulher fempress especial 1995

importante é aceitar seu cabelo e querer ficar bonita" recomenda Ilka Camisolão, que veio de Porto Alegre (RS) especialmente para ministrar a oficina que propôs múltiplas alternativas para os cabelos da mulher negra.

Ilma de Jesus, de São Bernardo do Campo (SP) esnobou

charme com as roupas afros que ela mesma confecciona. "A mulher negra é expansiva, gosta de movimentos. Nada melhor do que roupas soltas no corpo feitas com panos coloridos que nos remetem a alegria da nossa cultura". Além de discutir com as mulheres a importância de manter na vestimenta a cultura afro, Ilma propôs um desfile de moda com as participantes do Seminário. "Me senti linda e maravilhosa", comenta Fabíola que exibiu um vestido longo de amplas mangas e decote quadrado.

O Seminário também debateu a questão da identidade e da auto-estima da mulher negra com relação à sua participação na sociedade. Na opinião das participantes a imprensa transmite que o cabelo do negro é feio e esquisito e que agora a mulher negra precisa se gostar e se sentir bem procurando preservar a identidade dela e não buscar a identidade alheia.

São Paulo já tem serviço jurídico para lésbica



O Coletivo de Feministas Lésbicas de São Paulo implantou

um serviço de orientação Jurídica para Lésbicas vítimas de violência e discriminação. O objetivo é combater toda forma de violência contra as lésbicas. As denúncias e os casos apresentados terão sigilo, resguardando assim os interesses e direitos da própria lésbica. O Coletivo espera com esse serviço identificar quais os tipos de violência a que estão sujeitas as lésbicas, assim como pressionar o judiciário e o legislativo para que tomem uma posição mais imparcial e menos prejudicial no que se refere à homossexualidade.

O serviço de orientação é gratuito e visa dar apoio e informação às lésbicas buscando um efetivo respeito aos direitos humanos e civis. As lésbicas

enfrentam muitos problemas nas relações com familiares, com as companheiras, no atendimento dos serviços médicos, com os planos de saúde, no emprego, na escola e com a guarda dos filhos. Quais são afinal os direitos das lésbicas? Onde procurar orientação jurídica? Esta é a proposta do Coletivo de Feministas Lésbicas de São Paulo que oferece o Serviço todas as quartas-feiras, das 10:30 hs às 18:30 hs na Praça Sete de Setembro, 52, 8 andar, sala 819 no bairro da Liberdade. O atendimento é feito por uma advogada experiente no atendimento 'a mulheres e deve ser marcado com antecedência pelo telefone: 011 (991-0383) . Se você mora em outro Estado escreva para o Coletivo.

Política de cotas: mulheres na política

Sônia Malheiros Miguel

A política de ação afirmativa vem sendo objeto de discussão hoje no Brasil. A cota eleitoral, que assegurou 20% de candidaturas de mulheres nas eleições de outubro de 1996, é uma recente e valiosa experiência neste sentido. Mas, para que possamos conhecer os efeitos de uma política deste tipo, é essencial que ela tenha continuidade, seja a longo prazo, proporcionando o tempo necessário para que a sociedade possa absorver e incorporar a participação das mulheres na vida política como natural, um fato comum.

A aprovação de projeto de lei que coloque no Código Eleitoral artigo assegurando a cota eleitoral para as mulheres enquanto estiver presente esta gritante desigualdade é, e deve ser, bandeira central para todos aqueles que entendam ser preciso mais do que "boas intenções" para a transformação das relações entre homens e mulheres em nossa sociedade.

A participação das mulheres, como eleitoras é um dado ainda recente no Brasil. Faz apenas 64 anos que as mulheres brasileiras conquistaram o direito ao voto. Como representantes eleitas a situação é mais recente ainda. Em 1933, nas eleições para a Assembléia Constituinte foi eleita a primeira mulher, Carlota Pereira de Queiróz, entre 214 deputados. No Senado Federal este fato ocorreu em 1990, com a eleição de Junia Marise (PDT/MG). Hoje temos 35 deputadas e 7 senadoras.

Segundo cálculos das Nações Unidas, mantendo-se o ritmo atual de crescimento da participação feminina em cargos de direção (de 1 a 2% ao ano) o mundo levará cerca de 400 anos para atingir um patamar de equilíbrio, entre mulheres e homens.

Estes são fortes motivos que justificam uma política de cotas.

As dificuldades para se ter uma avaliação da implementação dessa política nas eleições de outubro passado, são muitas. A começar pela demora do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em divulgar os resultados oficiais. Não se tem até o momento o número de mulheres candidatas e o de

eleitas. Existe uma séria deficiência por parte dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) e TSE, na compilação dos dados destas eleições municipais, em particular no que se refere ao sexo dos candidatos. Algumas das listagens, somente por nomes, deixam dúvidas se o candidato é homem ou mulher, o que inviabiliza uma totalização precisa do número de mulheres candidatas e eleitas.

Mas podemos iniciar uma avaliação do que significou a experiência de cotas para mulheres, a partir de dados recolhidos na imprensa



mujer fempress especial

ou coletados diretamente junto a alguns Tribunais Regionais Eleitorais.

Num primeiro olhar entendemos ter sido positiva a implementação de uma política de cotas. O ponto mais importante a destacar é que a discussão sobre a participação política das mulheres, a necessidade de sua participação, foi tema presente em muitos dos debates que se travaram nestas eleições. Elas estavam presentes. Presentes, não só enquanto militantes de base, eternas retaguardas, mas disputando, se expondo e expondo suas idéias.

Outro dado que podemos visualizar é o crescimento do número de Prefeitas em vários Estados. Entendemos que indiretamente, pois não existiam cotas para o executivo, isto é um resultado também da Campanha Mulheres sem medo do Poder.

É sempre bom ressaltar que a atual política de cotas, oficializada através da Lei n.º 9.100, de 29 de setembro de 1995, que estabelece normas para a realização das eleições municipais de 03 de outubro de 1996, e que em seu Art. 11, § 3º, determina

que: "vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres", além de ter levado necessariamente esta discussão para o interior de todos os partidos políticos que pretendiam lançar candidaturas, foi objeto de discussão em diferentes segmentos sociais. Debate este que não se resumiu às eleições, mas incorporou a discussão sobre cotas em universidades, em cargos de direção, cotas para mulheres, para negros, trazendo à tona uma reflexão mais geral também sobre outras políticas de ação afirmativa, como por exemplo incentivos fiscais na área de mercado de trabalho.

A Bancada Feminina na Câmara e no Senado organizou a Campanha Mulheres sem medo do Poder e, com o apoio de vários organismos nacionais e internacionais, organizou treinamentos para as mulheres, em 15 Capitais, atingindo cerca de 1200 candidatas.

A efetivação da política de cotas serviu também para que o movimento de mulheres organizasse atividades com vistas a uma maior preparação das mulheres, estimulando candidaturas e discutindo plataformas que levassem em conta as chamadas questões específicas.

Mas não podemos ter a ilusão que neste primeiro ano de implantação da política de cotas, resultados muito expressivos sejam obtidos. As cotas, na verdade, inauguram um processo que é, principalmente no seu início, lento. Estamos mexendo em concepções muito arraigadas, e lidando com algo que faz com que aflore resistências de todos os lados. Mas temos certeza que esta primeira experiência deixa claro a validade de uma tal política e a necessidade de sua efetivação, com vistas a conseguirmos, com a radicalidade que o tema requer, um maior equilíbrio entre mulheres e homens nas esferas de poder, o que com toda a certeza contribuirá para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Sônia Malheiros Miguel
Assessora do CFEMEA

Cotas masculinas: hábito antigo e prevalente no poder



Deputada Marta Suplicy

Numa sociedade de consumo e de valorização de resultados imediatos, reconhecer avanços e mudanças de cultura não são fáceis.

Pois é: com as cotas mínimas de mulheres candidatas, a coisa é por aí. Em 1934, na eleição para a Assembléia Constituinte, a primeira em que as mulheres votaram e foram votadas, foi eleita 1 (uma) mulher, representando 1% do total de parlamentares. De lá para cá, passamos a representar 40% da força de trabalho formal e mais da metade da população estudantil. Se computarmos o trabalho informal e os serviços de infra-estrutura doméstica, no Brasil (como no mundo todo) as mulheres são responsáveis por 2/3 das horas trabalhadas, cumprindo sua parte na construção da sociedade.

Mas as mulheres estão de fora dos centros de *decisão* sobre as regras desse desenvolvimento: 94% dos parlamentares federais são homens. Em 1992, 96,5% das Câmaras Municipais foi constituída por homens e foram eleitos 96,5% de prefeitos e apenas 179 prefeitas.

As eleições de 96 foram o primeiro teste para a cota mínima de mulheres candidatas em nosso país. Assunto novo no Brasil, nem tanto pelo mundo afora. Costumamos apresentar dados dos países nórdicos. Mas é preciso saber que na Índia, por exemplo, todos os Conselhos locais, hoje, devem ter obrigatoriamente 30% de mulheres. Lá, as cotas foram introduzidas, de diferentes formas desde 1950, com a finalidade de possibilitar às mulheres "de castas mais baixas", acesso à educação e há dois

anos, chegaram aos sistemas políticos, com a perspectiva que na virada do milênio, um milhão de mulheres esteja integrada aos centros decisórios políticos locais.

A ínfima cota-parte de participação feminina nas instâncias de decisão política contribui para manutenção das desigualdades no mercado de trabalho, dificuldade de negociar relações sociais e privadas, manutenção da mulher como vítima preferencial da violência doméstica e familiar, descaso na implementação de políticas públicas com perspectiva de gênero. Como mudar essa situação?

Começa pela mudança das imagens-padrão do que é ser homem e ser mulher. Mulheres também podem decidir e decidem muito bem, quando há oportunidade. Homens podem - e - devem - dividir os encargos domésticos e familiares.

Sabemos, porém, que isto significa redistribuir o poder, até hoje concentrado em mãos masculinas organizadas em grupos hegemônicos. É preciso investir na radicalidade democrática.

Cota só não basta mas neste momento histórico, cota é instrumento de mudança na cultura político-partidária neste país.

Nestas eleições de 96 a *baixa representação* política das mulheres saiu da obscuridade e se tornou questão pública. Levou os partidos a reconhecerem o quão pouco investiram até agora, na potencialidade feminina: alguns, nem mesmo conseguiram preencher a cota obrigatória de 20% de mulheres candidatas. Sinal de que, até agora, nada fizeram para estimular e dar oportunidades às mulheres. Falta-lhes o reconhecimento de que a construção do mundo político apoiada numa só visão do mundo - a masculina - não está satisfazendo as necessidades da humanidade.

Por isso, neste primeiro momento, será muito pobre qualquer avaliação da cota que leve em conta *apenas* o percentual de mulheres eleitas pois os partidos, via de regra, pouco ou nada fizeram para ampliar o percentual de mulheres eleitas em 96. Não tivemos, porém, notícia de que algum diretório partidário tenha se preocupado em estabelecer, por exemplo, uma *meta* de mulheres a serem eleitas, o que

implicaria em investimentos e apoio específicos pró-*equidade*.

Teremos, com certeza, uma alteração significativa do quadro da participação feminina como prefeitas, vice-prefeitas e vereadoras. Basta olhar para a realidade de Natal, Maceió, do interior da região norte e nordeste e se abre vasto campo de análise. Mas não é só este aspecto quantitativo que nos interessa.

Não é a toa que em alguns lugares do mundo há uma investida conservadora contra as ações afirmativas (cotas, investimentos em grupos específicos, etc). A ideologia do mercado rompeu os limites da economia e chegou à política: *o que vale é a livre concorrência*. Os mais eficazes, vencem. Mas como competir em condições de desigualdade? Dinheiro, informação, tempo livre, infra-estrutura social, acesso ao poder, conhecimento de códigos sociais são desigualmente distribuídos.

Terminaram as eleições mas esse novo patamar de luta pela igualdade de oportunidades para acesso a postos políticos apenas começou. Já estamos em nova fase da Campanha Mulheres Sem Medo do Poder, buscando viabilizar a realização de processos de capacitação para mulheres eleitas que contribuirá, com certeza, no aperfeiçoamento de nosso sistema político.

Sabemos dos embates que teremos pela frente.. O projeto de lei que apresentei na Câmara Federal em agosto de 1995 e que institui cota mínima de 30% de candidatas para todos os cargos eletivos legislativos está tramitando na Câmara Federal. Esperamos que seja aprovado em breve, para que mulheres e homens sejam estimulados a trazer, *equitativamente*, sua contribuição para a construção de uma democracia pra valer. E começamos a exigir que a cota-parte masculina ceda espaço à cota-parte feminina, até que a paridade no poder seja incorporada em nossa cultura política, como característica básica da democracia do novo milênio.

Marta Suplicy é Deputada Federal pelo PT-SP. Integra as Comissões de Seguridade Social e Família, Direitos Humanos e Relações Exteriores na Câmara Federal.

Mulheres de Brasília são mais conscientes e denunciam violência



Delegada Débora Menezes (DEAM-DF)

Débora Menezes, casada, três filhos, paulista, 15 anos de Polícia, 4 como titular da DEAM - Delegacia de Atendimento à Mulher do DF trabalha mais de 10 horas por dia. No dia 25 de novembro - Dia Latino Americano de Combate à Violência contra a Mulher - Débora anunciou que as mulheres de Brasília estão se conscientizando cada vez mais. Estão perdendo o medo de ir à Delegacia denunciar os maus tratos e a violência. Só neste ano até agora foram denunciados cerca de 4000 casos de violência doméstica na DEAM. Nos casos de violência sexual 80% têm resultado efetivo. O Judiciário pune. Débora Menezes hoje é reconhecida pelo trabalho que faz. Brigou muito inclusive com advogados e delegados, amigos de profissão, pela criação da Delegacia. É convidada para dar palestras em toda a cidade e por onde anda transmite um recado enfático para as mulheres: é preciso denunciar a violência. A mulher não deve ficar calada. Não deve aceitar em hipótese nenhuma, em troca de um almoço ou janta, que uma filha seja estuprada pelo pai e durma na mesma cama com ele.

- Brasília tem sido rotulada de capital nacional do estupro. Por quê?

Eu não acredito nisso. Eu acho que Brasília é a capital onde a mulher é mais conscientizada e denuncia. Em outros Estados onde trabalhei eu ainda vejo coisas absurdas que não são denunciadas. Em função do grande número de campanhas de conscientização da mulher que acontece aqui em Brasília, organizada pelos Movimentos Feministas, entidades civis e Imprensa, a mulher se encoraja e vem até a Delegacia denunciar. Eu vejo casos de mulheres que diziam que há 20 anos

apanhavam do marido e agora é a primeira vez que vêm à Delegacia. Muitas delas nem sabem dos direitos que têm. Algumas achavam que ameaça, por exemplo, não era crime. Hoje as mulheres estão mais conscientes de seus direitos e denunciam. Só assim vai parar essa violência. Se ficar nessa história que "entre marido e mulher não se mete a colher" essa impunidade pode durar até a vida inteira.

Outro avanço que Brasília conseguiu no combate à violência contra a mulher foi a implantação do aborto legal (casos de estupro e risco de vida da mulher) no Hospital da Asa Sul. As mulheres agora que chegam aqui e são vítimas de estupro e desejam fazer o aborto nós já encaminhamos para o Hospital. Agora estamos batalhando pela Casa Abrigo para mulheres que sofrem violência.

- Qual é a mulher que denuncia?

As mulheres de todas as classes sociais denunciam. Com mais frequência as mulheres de classes menos favorecidas. Nas classes média e alta têm agora muitas mulheres que estão procurando a Delegacia. De um ano para cá aumentou essas denúncias. A violência atinge mulheres de todas as classes sociais com o mesmo vexame, palavrões e menosprezo.

- Qual a relação entre a denúncia e o resultado?

As estatísticas comprovam que já alcançamos resultados satisfatórios. Dos casos de violência sexual que são registrados na Delegacia 80% chegam à punição. A Delegacia da Mulher atualmente é a terceira em número de prisões. Em primeiro lugar está a de Tóxicos e segundo Furto de Veículos. Estamos com várias prisões e condenações de até 30 anos. Mas ainda tem um percentual de 40% de mulheres que chegam à Delegacia e depois tiram a queixa na expectativa de que o companheiro ou marido vá melhorar.

- Por que elas tiram a queixa?

É medo de tudo. Medo da vida, da solidão, da dependência econômica, da sociedade e da discriminação. Muitas mulheres de classe média acham que não têm estrutura para viver sozinhas. O medo infelizmente ainda é um empecilho maior que evita a denúncia. Medo e

também vergonha. E é essa mulher medrosa que mais apanha. Descobrimos também que a mulher de classe média ou alta, mesmo esclarecida apanha. Muitas mulheres de alto gabarito profissional também apanham.

- Que tipo de homem agride a mulher?

Todo tipo, de todas as classes, inclusive muitos homens poderosos. Já tivemos muitos casos de políticos, empresários e gerentes que foram denunciados, principalmente por assédio sexual, apesar dessa figura ainda não estar prevista em lei. Nesses casos incluímos em denúncia de atentado ao pudor e constrangimento ilegal e é instaurado inquérito contra ele. Já tivemos aqui inclusive mulher de político que já apanhou. As mulheres também denunciam com frequência os gerentes, diretores de grandes empresas que representam hoje um alvo de denúncia na Delegacia. Existe também denúncia contra dentistas, médicos e professores.

- O número de denúncias de assédio sexual aumentou?

De 3 anos para cá aumentou muito. Em 1994 de 5 denúncias, passamos para 30 no ano seguinte e agora estamos com 40. A dificuldade de se chegar a um resultado concreto, no caso de assédio, é que na maioria das vezes, não conseguimos provar. Ninguém é frequentemente assediado na frente de terceiros, e quando acontece de outras pessoas presenciarem o assédio sexual elas se acovardam com medo de perder o emprego. Eu acho que o assédio tem que se tornar crime. Quando o homem se utiliza da prerrogativa de chefe, da relação de poder para assediar a mulher é um abuso.

- A violência doméstica tem aumentado?

Muito. 70% da violência global é doméstica. E essa violência começa com criança de 0 ano até 9 e 10 anos quando o pai estupra. Quando ela se prostitui porque não tem como se sustentar. A violência doméstica gera a prostituição de crianças e adolescentes. Agora as denúncias estão começando a aparecer. Professoras que, por exemplo, observam o mal rendimento escolar das alunas de imediato denunciam o caso e os vizinhos também. Todo mundo está ajudando a denunciar.

Violência Doméstica

Marta Simone Carmo

L. M. S., 14 anos, residente na cidade satélite de Samambaia chegou à Delegacia da Mulher de Brasília traumatizada. Quase aleijada. Não falava. Não andava. Foi estuprada pelo pai. Estava grávida e não podia fazer o aborto legal. Não havia mais tempo. Após 5 meses de atendimento psicológico na Delegacia L. M. S. voltou a viver. Já consegue sorrir.

Casos como esse ocorrem com uma frequência muito maior do que se imagina. A violência doméstica é uma das formas mais comuns de manifestação da violência e, no entanto, uma das mais invisibilizadas pois ocorre no âmbito das relações particulares entre integrantes ou ex-integrantes de uma mesma família, tendo normalmente a casa (residência) como o espaço físico "privilegiado" para a sua manifestação. As mulheres, sem dúvida alguma, são as maiores vítimas. Segundo dados divulgados em 1990 pelo

IBGE a ocorrência da violência física doméstica contra a mulher é quase 3 vezes maior do que contra o homem (32% para 10%) e 63% das agressões físicas contra as mulheres acontecem em suas próprias residências. Esses dados mostram ainda que a maior concentração de mulheres agredidas fisicamente por parentes encontra-se nas faixas etárias de 18-29 (43,6%) e 30-49 (38,4%) anos de idade. Segundo a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) do Distrito Federal, só este ano foram registrados 4000 casos de violência doméstica, o que corresponde a um percentual de 70% do total de queixas recebidas.

A violência doméstica contra a mulher pode ser física, psicológica ou sexual e independe de classe social, de grau de instrução, de cor, raça e etnia. Ao contrário da violência física, a violência psicológica e sexual é menos visível. Apesar de ser grande o número de mulheres violentadas sexualmente por pais, irmãos, maridos e parentes próximos, ainda é relativamente pequeno o número de denúncias nesses casos. É muito comum as mulheres guardarem consigo, às vezes durante anos, a violência sofrida na infância,

adolescência ou mesmo na idade adulta. É uma espécie de "segredo que jamais poderá ser revelado", pois desde cedo lhes foi ensinado que casos como esses devem ser tratados dentro de casa e com o máximo de sigilo possível.

A invisibilidade social para com os atos de violência doméstica é fruto, dentre outras coisas, de crenças, como por exemplo, a de que "em briga de marido e mulher ninguém mete a colher" ou "mulher gosta de apanhar" e que a autoridade do homem não

pode ser questionada. Crenças como essas apenas legitimam cada vez mais as condutas violentas e não contribuem para a construção de novas relações entre homens e mulheres.

Ao se pensar nas possíveis vias de solução para esses conflitos é preciso se ter em mente a importância e a necessidade da via legal. Países como o Chile, Porto Rico e Costa Rica possuem uma lei específica sobre a violência doméstica inclusive com características preventivas.



mujer fempress especial 1992

No Brasil existem dois projetos de lei sobre o assunto tramitando no Congresso Nacional. Um é o PL 132/95 de autoria das deputadas federais Maria Laura (PT-DF) e Marta Suplicy (PT-SP) e o outro é o PLS 229/96 da senadora Benedita da Silva (PT-RJ). Ambos dispõem sobre os crimes de violência doméstica com ênfase na violência contra a mulher. Ainda em fase de discussão estes projetos estão nas Comissões de Constituição e Justiça da Câmara e do Senado Federal respectivamente, e portanto, sujeitos a alterações até que venham a ser aprovados. No entanto, já se constituem em grande avanço na medida em que, começam a visibilizar na lei o que até então era socialmente invisível.

O Dia 25 de novembro é o Dia Latino-Americano de Combate à Violência Contra a Mulher mas o que se constata a cada ano é que ainda há muito o que fazer, muito o que mudar para que se chegue a um patamar saudável de relações entre homens e mulheres.

Marta Simone Carmo
Assessora do CFEMEA

Movimento feminista do Pará reivindica pensão para as mulheres vítimas de violência



Os números da violência no Pará assustam. Só de janeiro a julho deste ano a Delegacia de Atendimento à Mulher de Belém registrou 6 mil casos de violência contra a mulher e a perspectiva até o final do ano é sombria: 18 mil casos. No ano passado foram mais de 12 mil. A maioria dos casos está relacionada a lesões corporais, 40%. Nesses dados não estão computadas as ocorrências registradas em outras Delegacias de Belém que seguramente aumentam a lista da violência contra a mulher.

Em novembro as mulheres do Pará saíram às ruas em protesto contra a situação de impunidade que ocorre no Estado. Mais de 1000 mulheres do campo e da cidade participaram de 10:00 hs às 16:00 hs de uma Marcha pelas ruas de Belém com o objetivo de chamar a atenção das autoridades para a gravidade da situação da violência contra a mulher. A Marcha fez parte da programação do 25 de novembro - Dia Latino Americano de Combate à Violência contra a Mulher - e foi organizada pelo Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense com a participação de mais de 20 entidades

que realizou uma vasta programação durante a semana como: debate sobre a reformulação do Código Penal, ato-show na Praça da República com coleta de assinaturas sobre reformulação do Código Penal, exposição e denúncias de situações de violência e audiência com autoridades.

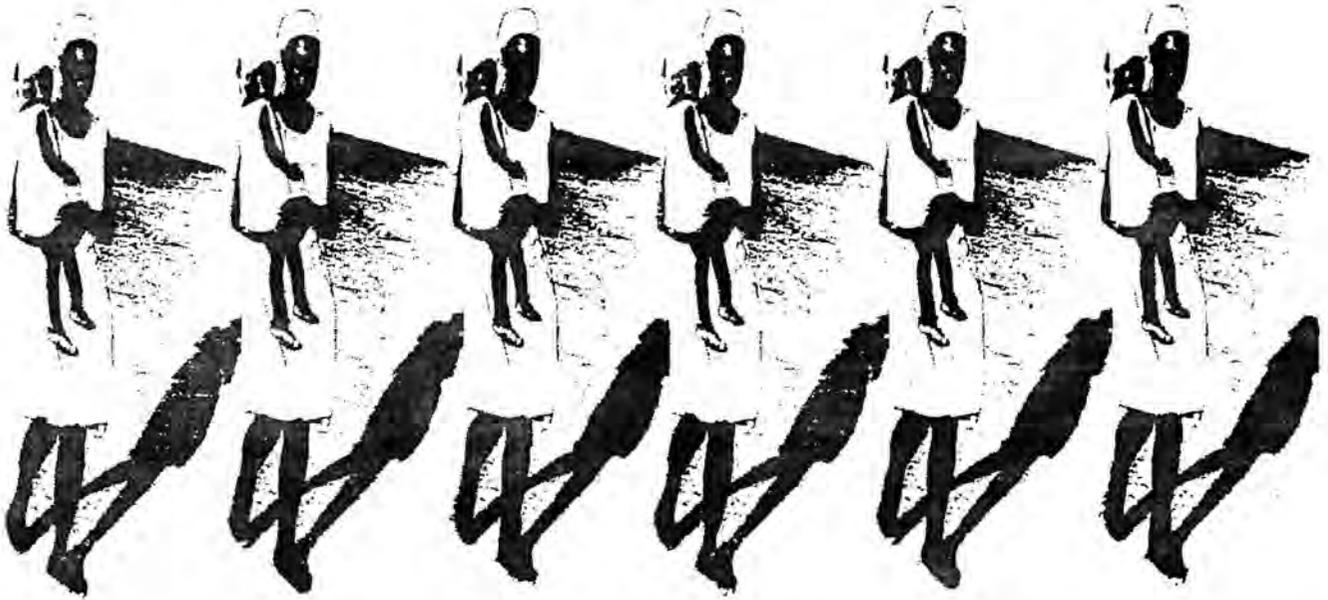
A representante da Executiva do Fórum, Nilse Souza, 40 anos, atribui à sociedade machista e conservadora o alto grau de violência no Estado. Destaca que os constantes conflitos fundiários são também responsáveis pela violência em áreas localizadas do Estado. Denunciou que recentemente muitas lideranças feministas, seja no campo ou na cidade estão sendo ameaçadas ou assassinadas, como aconteceu com a líder feminista do Município de Mãe do Rio, Reijane Guimarães, assassinada este ano. Revoltadas com a impunidade o Movimento Feminista conseguiu pela primeira vez se reunir com o Governador Almir Gabriel para entregar uma lista de reivindicações: construção da Casa de Abrigo em Belém, criação da Delegacia da Mulher em

Marabá e Santarém e pelo menos em mais 7 Municípios onde o Movimento Feminista é organizado (O Estado tem 80 Municípios e só uma Delegacia da Mulher em Belém) e curso de capacitação e formação de profissionais para trabalhar nessas Delegacias especializadas.

Policiais - A principal reivindicação foi a pensão para as mulheres do campo e da cidade vítimas da violência praticada por policiais. A pensão também inclui os parentes da vítima. O Governador Almir Gabriel citou que no caso do massacre de Eldorado 13 famílias estão cadastradas para receber apoio do Governo. As mulheres também se reuniram com os Secretários de Estado, de Segurança Pública, do Trabalho e Promoção Social, da Saúde, Educação e foram também à Defensoria Pública. Na Secretaria de Educação foram informadas de que o Governo vai implantar no currículo de primeiro e segundo graus disciplina que avalia a questão de raça e gênero. Em relação à saúde discutiram a implantação do aborto legal na Fundação Santa Casa.

Na opinião de Nilse Souza o encontro com autoridades do Governo foi proveitoso. "Essa foi a primeira vez que discutimos políticas públicas para combater a violência. Isso nos dá um novo fôlego para continuar na luta". O Fórum com apoio do Governo também já está pensando em organizar uma campanha contra a violência na mídia, incluindo veiculação nas televisões, jornais e rádio. A idéia é fazer especificamente na rádio Cultura (rádio do Governo) um programa para as mulheres.

Feminização da Pobreza



mujer fempres especial desenvolvimento social

Fátima Pelaes
(Dep. Federal PSDB-AP)

Em outubro na cidade de Havana (Cuba) participei da VI Reunião da Comissão da Mulher como representante da Comissão da Mulher do Parlamento Latino-Americano. Contextualizando os temas discutidos na Conferência gostaria de registrar em primeiro lugar, o que mais interfere nas relações de gênero nos países da América Latina é a questão da feminização da pobreza. Por outro lado, em uma análise conjuntural dentro de uma abordagem política, econômica e social, sabemos que é um problema estrutural, cuja origem vem de políticas públicas e econômicas que não passam pela discussão da sociedade civil, se contrapondo com o desenvolvimento, a justiça e a equidade social. Em última análise o que está posto nessa discussão é que sempre as mulheres são as mais pobres entre os pobres.

Como forma de combater a pobreza do trabalho da mulher se torna urgente a implantação de programas de capacitação da mão-de-obra feminina voltada para a população feminina em situações de risco ou desvantagem social. Em primeiro lugar as mulheres chefes de família e em segundo jovens em situação de exploração sexual. Em nosso entendimento só através da implantação dessas políticas, um número cada vez maior de mulheres terá condições de competir no mercado de trabalho. Dentro dessa perspectiva podemos apontar alguns fatores graves que fazem da feminização da pobreza uma dramática realidade em toda a América Latina:

- falta de oportunidade de integração no desenvolvimento econômico/social;
- desigualdade de condições e oportunidades em relação aos homens: assegurar às mulheres acesso ao emprego e ao trabalho como um instrumento de

combate ao desemprego;

- urgência em garantir às mulheres educação obrigatória e gratuita como uma forma de contribuir para o desenvolvimento dentro de uma perspectiva de gênero em todos os níveis de ensino. Somente através do acesso à educação a maioria das mulheres terá chance de sair da invisibilidade a que estão submetidas hoje, uma vez que, seu papel social na sociedade restringe-se à tarefa de dona-de-casa e a maternidade. Desse modo é urgente a criação de serviços coletivos de creches, lavanderias etc. . . que contribuam para a diminuição da dupla jornada das mulheres;

- necessidade de articulação de que a presença feminina nos cargos de direção assumam percentuais cada vez mais elevados na tomada de decisões, como por exemplo, os resultados obtidos em países onde está vigorando a lei de cotas;

- necessidade de integração da Comissão da Mulher do Parlatino com outras redes de mulheres e movimentos comprometidos com nossos objetivos comuns;

- conquistar uma participação mais efetiva da Comissão da Mulher nas decisões do Parlatino como uma forma de pressão dos compromissos relativos à mulher.

A crescente feminização da pobreza nos países latino-americanos nos obriga a tomar medidas emergenciais que apoiem as mulheres responsáveis pelo sustento de suas famílias. O papel do Estado deverá estar relacionado para a criação de programas especiais de emprego, formação para o trabalho, incentivo e apoio à criação de empresas de mulheres através da abertura de linhas especiais de crédito. Apelamos ao Governo Federal que inclua em suas medidas sócio-econômicas a dimensão de gênero com vistas a dar uma vida digna à mulher dentro do conceito de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Aborto legal: uma necessidade

O deputado federal Eduardo Jorge (PT-SP), casado, 6 filhos, 47 anos, tem se destacado na Câmara dos Deputados como um parlamentar aliado das mulheres. Cumprindo o terceiro mandato no Congresso Nacional, Eduardo Jorge apresentou vários projetos relativos à questão da mulher como: jornada de trabalho, aborto e planejamento familiar. Agora está empenhado na aprovação do Projeto de Lei 20/91 de autoria dele e da deputada Sandra Starling (PT-MG) que prevê a obrigatoriedade do atendimento dos casos de aborto legal na rede pública de saúde. O projeto está para ser apreciado na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados. O aborto legal já é permitido nos casos de estupro e risco de vida da mãe e está previsto no artigo 128 do Código Penal desde 1940.

Nessa entrevista o deputado diz porque defende o projeto do aborto legal e revela a experiência assustadora que teve em 1974 quando ainda como médico residente em São

Paulo, no Hospital das Clínicas, ouviu de um médico, professor da USP, que os casos de aborto, já em andamento que chegassem ao Hospital deveriam ser tratados sem anestesia. Era uma espécie de punição para as mulheres. O deputado não concordou com a orientação e foi afastado da residência ginecológica.

- Qual a expectativa de aprovação do projeto de lei do aborto legal na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados?

Eu acho que há plenas condições do projeto ser aprovado na Comissão de Justiça. Não acredito que seja uma aprovação sem debate porque na Comissão de Seguridade Social da qual eu participo há mais de 10 anos, esse foi o projeto que teve o maior tempo de discussão. Foram 6 horas de debate numa votação de 20 x 18 onde votaram quase 100% dos

deputados. Apesar de esse ser um projeto, ao meu ver, humanitário e muito justo, existe uma carga de preconceito e de resistência grande. Eu tenho esperança que ainda esse ano o projeto vai ser aprovado na Comissão de Justiça e vai para o Senado. Votação vai haver e acho que nós temos condição de ganhar.

- O senhor, ao longo desse tempo, tem recebido pressão por causa desse projeto?

Eu não parei de receber desde que apresentei. Praticamente todas as semanas eu recebo cartas de todo o País falando desse assunto do ponto de vista doutrinário religioso. As pessoas alegam que o aborto não é possível em nenhuma circunstância mesmo que esse projeto disponha sobre a realização do aborto para salvar a mãe ou como resultado de uma violência sexual. Mesmo nesses dois casos que já são previstos no Código Penal muitas pessoas se manifestam



Dep. Eduardo Jorge (PT-SP)

de forma organizada. Da Igreja, especificamente, não recebi nenhum tipo de pressão. O que existe são pessoas que escrevem cartas e que são vinculadas à determinadas igrejas. Apoio também tenho recebido principalmente de entidades feministas e da área médica. Essas pressões não me inibem. Eu fui fundador do partido numa área onde o Movimento da Igreja era o principal Movimento Social, na zona leste de São Paulo, e isso tem e teve uma influência grande em relação à minha pessoa. Eu não vou negar isso. Mas na Secretaria de Saúde na gestão Luiza Erundina nós já enfrentamos essa discussão. Para mim isso já está resolvido. Quando vim para o Congresso apresentei um projeto para consolidar a nível nacional uma experiência concreta de implantação de um programa desse tipo que já existia em São Paulo. Então é evidente que existe pressão inclusive na base popular



continuação...

e social que sempre me apoiou, mas não vou voltar atrás por causa de uma questão eleitoral.

- O Congresso Nacional ainda não aprovou o projeto do aborto legal mas alguns Estados já se anteciparam e implantaram o serviço de aborto legal nos hospitais públicos como em Brasília e Pernambuco, por exemplo. Outros estão com o serviço em fase de implantação. O que o senhor acha, é uma contradição?

Em São Paulo nós implantamos o serviço através de uma portaria da prefeitura porque a lei já permite isso. O que existe na verdade é uma resistência cultural muito forte o que levou a lutarmos para ter uma lei federal para reforçar o Código Penal. Então é uma lei de reforço e quebra do preconceito, o que vai possibilitar com muito mais rapidez que os Estados e Municípios organizem os serviços. Mas a rigor os Estados e Municípios já estão respaldados. O que nós estamos fazendo aqui no Congresso Nacional é uma lei para enfrentar uma questão cultural, uma resistência e um preconceito. É dar mais respaldo. Os secretários estaduais de saúde já têm, ao meu ver, autoridade e já deviam estar trabalhando nessa direção.

- Na Comissão de Justiça a resistência de alguns parlamentares para aprovar o projeto é cultural ou religiosa?

A resistência não é partidária porque o projeto tem apoio de todos os partidos. A resistência é religiosa. O que não é pouco no Brasil.

- No Congresso Nacional o senhor defende vários projetos de interesse da mulher. Por quê?

Talvez porque eu seja responsável por essa área da saúde há muito tempo no Partido dos Trabalhadores numa época inclusive que a representação feminina era muito pequena. Como a questão da mulher esteve sempre muito relacionada com a questão da saúde, muitos desses projetos meus são dessa época. Eu sou responsável pela área da saúde, assistência social e previdência desde a época da Constituinte. Como há 8, 10 anos atrás a representação feminina no Congresso Nacional era pequena eu terminei assumindo um papel desse tipo.

Agora, evidentemente, as mulheres parlamentares estão numa produção legislativa muito mais expressiva e ocupam mais espaço.

- O que sensibiliza o senhor nessa questão do aborto legal?

Em São Paulo eu fui médico na periferia há muito tempo e fui responsável pelo Distrito de Saúde em Goianases, que é o Distrito mais pobre e mais populoso. Lá, além de ser diretor, cuidar da epidemiologia e administração, eu atendia pré-natal, tuberculose, hanseníase, etc. . . e vi dezenas de casos de dramas de mulheres ligados à questão da gravidez, do aborto e do parto que só uma pessoa muito insensível não tomaria consciência e nem as posições que são necessárias tomar nessa área da saúde reprodutiva.

- Os profissionais de saúde são muito resistentes em relação ao aborto?

Em São Paulo houve muita dificuldade em se achar uma equipe na área principalmente médica, e enfermagem também, que assumissem essa questão porque o preconceito é muito forte. Eu era residente de Medicina Preventiva no Hospital das Clínicas em 1974 e uma das disciplinas que eu atuava era Obstetrícia/Ginecológica. Então estagiávamos no Hospital das Clínicas e os casos de aborto que chegavam lá, já adiantados, a orientação que recebíamos dos médicos/professores da USP era fazer o aborto sem qualquer procedimento de alívio da dor. Sem anestesia. Eu que tinha uma posição política muito explícita fiquei revoltado. Considerei esse procedimento um caso de tortura. Foi quando me rebelei contra isso. A partir daí não me deixaram fazer mais nenhuma curetagem. Eu estou falando de 1974, quando a orientação da melhor Escola de Medicina, a USP, era adotar o aborto com dor. Imagine o prejuízo para a formação do médico. . . completar as curetagens sem qualquer analgesia, e eu perguntava por quê? Era uma espécie de castigo para as mulheres para que elas não fizessem aborto novamente. Isso foi dito da boca de um professor da melhor escola de medicina do Brasil. Para você ver como essa questão do preconceito e violência contra a mulher é forte na sociedade brasileira. ■

A C O N T E C E

Mulheres lutam pela casa de abrigo em Brasília



mujer fempress coletânea 1991

O Conselho da Mulher do DF está reivindicando junto ao GDF - Governo do Distrito Federal - rapidez na operacionalização da Casa de Abrigo destinada às mulheres. O GDF anunciou a criação da Casa de Abrigo no dia 3 de julho durante o lançamento do "Programa de Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher". Até agora já se conseguiu a Casa mas ainda não houve liberação de recursos para contratar uma equipe de profissionais responsável pelo desenvolvimento do trabalho com as mulheres. A casa de Abrigo terá capacidade inicialmente de atender 10 mulheres vítimas de violência extrema e ameaça de morte. Na Casa serão criadas oficinas de capacitação de trabalho e a mulher terá também atendimento psicológico.

No Distrito Federal, segundo dados da Polícia Civil, este ano foram assassinadas pelo marido ou companheiro mais de 100 mulheres. Através do Disque-Denúncia (061-322/2266) o Distrito Federal registrou também 20 denúncias diárias de mulheres e principalmente adolescentes, vítimas de violência, a maioria praticada dentro de casa por pais ou padrastos.

Projeto da União Civil vai ser votado na Comissão Especial em dezembro

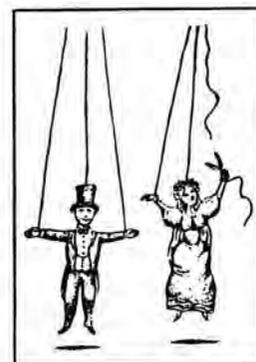
O projeto da deputada Marta Suplicy (PT-SP) da União Civil vai ser votado na Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer sobre o projeto de lei 1151/95 que disciplina a união civil entre as pessoas do mesmo sexo, na segunda semana de dezembro. No dia 26 de novembro o relator do projeto, deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ)

apresentou relatório sobre o projeto da deputada Marta Suplicy com algumas alterações. O deputado apresentou um substitutivo que muda o termo "união civil entre pessoas do mesmo sexo" para "parceria registrada entre pessoas do mesmo sexo". O substitutivo também proíbe a adoção conjunta e estabelece regras para romper o contrato entre as duas pessoas

como por exemplo, quando acontece a morte de um dos contratantes ou mediante decretação judicial. Pelo relatório passa ainda a ser reconhecido aos parceiros o direito de composição de rendas para aquisição da casa própria e todos os direitos relativos a planos de saúde e seguro de grupo e inscrição como dependente para efeito de legislação tributária.

Igualdade de direitos no Código Civil

Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Redação o Projeto de Lei nº 1815/91 de autoria do então Senador FHC, que se destina a alterar o Código Civil (Lei 3. 071, de 1 de 1916) e sua Lei de Introdução (Decreto-lei 4. 657/42). O objetivo é adaptar a Lei de Introdução ao Código Civil e o Código Civil à Constituição Federal de 1988, no tocante à capacidade civil das mulheres, alterando e extinguindo do Código Civil todos os dispositivos que discriminam a mulher, assegurando a promoção da igualdade entre os cônjuges.



mujer fempress coletânea 1991

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
SCN Qd. 06 Bl. A S/602 - Ed. Venâncio 3000
70718-900 - Brasília - DF

IMPRESSO
Fêmea